

**ILMA. SRA. ROSANE AREND, DA COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2017

Processo Administrativo nº 23243.000626/2017-15

**VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE
PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na
Rua Peter Lund, 146/202, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ (Tel.: [21]2195-7200), inscrita no
CNPJ sob o nº 33.113.309/0001-47, vem, respeitosamente, nos termos do artigo 41, §2º, da
Lei 8.666/93 e item 24 do Edital do Pregão mencionado, apresentar

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

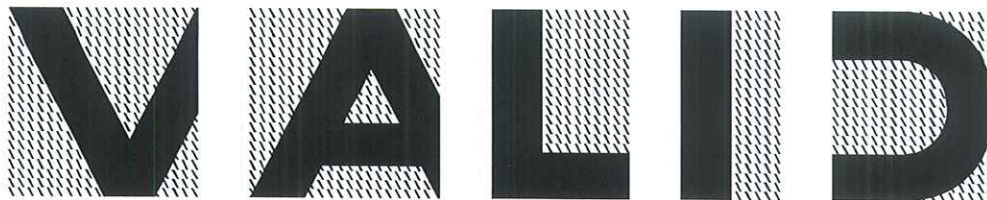
pelos motivos a seguir elencados:

I) DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Pregão em tela tem sessão pública
marcada para o dia 16/08/2017 e, portanto, nos termos da do item 24.1 do Edital, a presente
impugnação é tempestiva e merece ser conhecida.

II) DAS IRREGULARIDADES DO EDITAL

O Pregão em comento possui como objeto o disposto no item 1 do Edital,
respeitosamente transcrito abaixo:



1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagramação, arte e impressão de material gráfico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

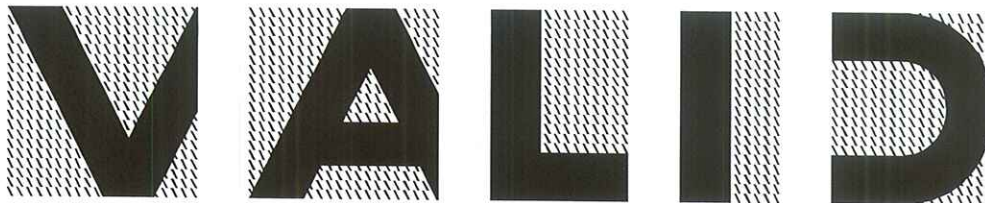
1.2. A licitação será dividida em itens e em grupos formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência, em único lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da produção, impossibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência, dificuldade na execução do contrato e acompanhamento dos serviços e aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

Neste sentido, interessada em disputar a contratação, a ora impugnante avaliou o instrumento convocatório e, após estudar detalhadamente seu conteúdo, identificou a presença de falhas que merecem reparo para o regular processamento do certame com lastro nos princípios da Administração Pública.

Em suma, o edital peca por fazer exigências impertinentes, subjetivas e inadequadas que ofendem princípios constitucionais e legais do instituto da licitação, conforme exposto abaixo.

Como preliminar, porém, apenas para contextualizar a importância da presente demanda, cumpre-nos esclarecer que a VALID (www.valid.com), ora Impugnante, é uma Companhia 100% brasileira, com capital aberto no novo mercado BM&FBovespa (VLID3), possuidora de mais de 1.400 pontos de atendimento pelo Brasil, 10 unidades



industriais no Brasil, Argentina, México, Espanha e Estados Unidos, mais de 6.000 colaboradores pelo mundo e mais de meio século de existência dedicada ao desenvolvimento de soluções de alta segurança nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações, sistemas de identificação, rastreamento e certificação digital.

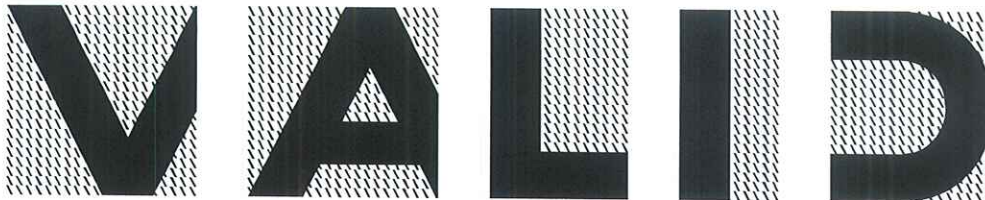
A VALID é atualmente, entre outros expressivos números, a sexta maior produtora de SIM Card e a quarta maior produtora de cartões financeiros do mundo¹, bem como a maior fornecedora de documentos de identificação do Brasil; com operações comerciais permanentes em diversos países como Panamá, Peru, Colômbia, Chile, México, Argentina, Uruguai, Reino Unido, Áustria, Marrocos, Espanha, Angola, África do Sul, Ilhas Maurício, Índia, Cingapura, Taiwan, Indonésia, Holanda, França, Dinamarca e Arábia Saudita; prezando, acima de tudo, pela excelência de seus serviços, produtos e tecnologia aos seus clientes.

Como o principal ativo da VALID é a confiança de seus clientes e parceiros, seus mais altos valores de eficiência, qualidade, integridade e confiança, não pôde ficar inerte aos pontos que seguem abaixo elencados.

II.1) UNIÃO INCOMPATÍVEL DE ITENS – AGRUPAMENTO QUE NÃO SE JUSTIFICA TÉCNICA E ECONOMICAMENTE – OFENSA AOS ARTIGOS 15, IV E 23, § 1º DA LEI 8.666/93

O item '1.2' do Edital devem ser excluídos ou, no mínimo, reescritos, pois criam exigência já de longa data considerada irregular pelos Tribunais de Contas, tanto da União e dos Estados – o agrupamento de itens em Sistema de Registro de Preços; ainda mais neste caso impugnado, no qual os itens agrupados não possuem a devida conexão entre si. Vejamos o que dispõe o citado dispositivo do Edital:

¹ Fonte: *The Nilson Report*



Edital – item 1.2. “A licitação será dividida em itens e em grupos formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem”.

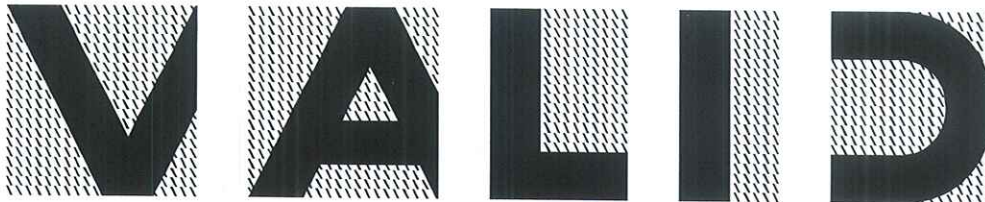
Cediço que o agrupamento de itens, seja em Sistemas de Registro de Preços, seja em licitação de compra ou execução comum, devem seguir regra legal de vantajosidade.

No presente caso, breve leitura dos Grupos licitados leva à estranheza, vista que camisetas, canecas, canetas, banners, pastas, capas, placas de PVC, squeeze, impressos com requisitos de segurança de talho-doce (diplomas) e até cuia e bomba de chimarrão estão unificadas como se a mesma coisa fossem – ou se o mesmo licitante fornecesse caneta e diplomas *“em papel moeda, tamanho A-4, medindo 210x297mm, moldura em talho doce. Numeração tipográfica no verso. Itens de segurança: papel filigranado com marca d'agua. Fundo numismático. Selo holográfico. Guilhoche. Gramatura 120 g/m variação +/-5%”*.

Considerando o impedimento de subcontratar (item 9.1) e formar consórcio (item 5.2.5), pode-se afirmar, com certeza divina, que é impossível concorrer a um grupo formado de itens tão distintos de natureza.

Os julgados de todos os Tribunais vão no sentido da proibição do uso inadequado do SRP para agrupamento não vantajoso ou que ofenda a competitividade e isonomia do certame. Veja-se:

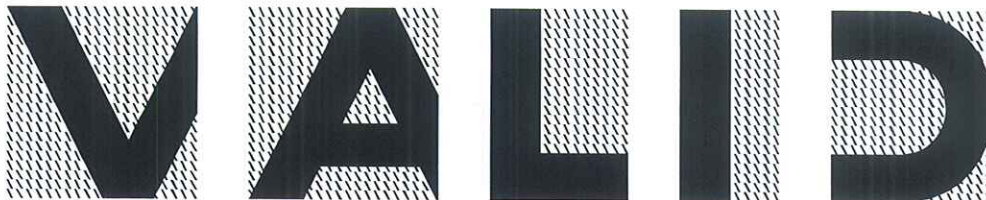
TCU Acórdão 1712/2015-Plenário: “Por outro lado, a adjudicação por preço global não garante a escolha da proposta mais vantajosa, que somente seria alcançada se o grupo de itens licitados fosse integralmente adquirido ou, ao menos, mantida a proporção entre os quantitativos de todos itens unitários em relação aos quantitativos totais previstos no grupo de itens”.



TCU Acórdão 1592/2013-Plenário: "9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993"

TCU Acórdão 2977/2012-Plenário: "ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em: (...) 9.3 determinar ao Comando da 9ª Região Militar, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, **que se abstenha, em licitação para registro de preços, de adotar como critério de adjudicação o de menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas nos autos as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item**, devendo ainda restar demonstrada nos autos a compatibilidade entre essa modelagem e o sistema de registro de preços quando a Administração não estiver obrigada a proceder a aquisições por grupo; (...)" (g.n.)

Não há como negar que os itens formadores dos grupos não guardam qualquer conexão entre si a ponto de justificarem sua união. Alguns itens até poderiam ser considerados de papelaria, mas em especial os documentos de segurança exigidos pelo edital com papel moeda e talho doce, como os itens 60, 380, 319, 266 e outros, que possuem como descrição "*diploma em papel moeda, tamanho A-4, medindo 210x297mm, moldura em*



talho doce. Numeração tipográfica no verso. Itens de segurança: papel filigranado com marca d'água. Fundo numismático. Selo holográfico. Guilhoche. Gramatura 120 g/m variação +/- 5%" devem, sem margem de dúvida, formarem grupo próprio e isolado.

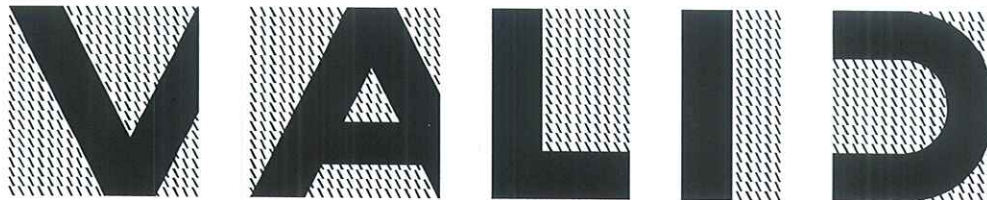
Assim, a referida cláusula 1.2 deve ser excluída e a licitação deve ocorrer por item ou, no mínimo, que os itens sejam agrupados conforme sua identidade objetiva – agrupados por conexão e vantajosidade – nunca por campus como critério comum.

II.2) DISPOSIÇÕES INDEVIDAS E SUBJETIVAS – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS DEFINIDOS E OBJETIVOS EM EDITAL – ILEGALIDADE – OFENSA AOS ARTIGOS 3º, 14, 40, VII E 44, § 1º DA LEI Nº 8666/93, AO INCISO II DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 10.520/02 E ARTIGOS 4º E 8º DO DECRETO Nº 3.555/00

O Termo de Referência, formado pelo Anexo I do Edital, possui diversos dispositivos incompletos que impedem a apresentação de proposta de preços confiável e segura pelos licitantes, vista que os valores poderão não corresponder com a real necessidade do Instituto Federal Farroupilha; prejudicando, pois, a economia e vantajosidade da contratação, em inegável ofensa aos dispositivos legais regentes. Como exemplo, citamos e transcrevemos alguns itens:

Anexo I – item **58**: "Confecção de atestado médico, material autocopiativo, 2 vias, 1ª via branca 1x0; 2ª via azul 1x0 tamanho 159x222, gramatura 54g/m², bloco com 100 folhas, numeração a partir de 0001. **Arte a ser enviada pela contratante**".

Anexo I – item **59**: "Confecção de receituário médico de uso privativo, offset 65 g/m², 1x0, formato 210mmx148mm bloco com 100 folhas, **conforme modelo a ser enviado pela contratante**".



Anexo I – item **63**: "Caneca Personalizada, com alça, térmica, de material inox, com tampa hemética, com a Logomarca a ser enviada pela contratante em tampografia/laser capacidade 400 ml".

Anexo I – item **64**: "Squeeze garrafa em material plástico (branco), com capacidade para 500ml, corpo flexível, com tampa com rosca, transparente e bico em PVC atóxico, composto por matéria prima virgem. Com a arte a ser enviada pela contratante".

Anexo I – item **65**: "Caneca alumínio, com revestimento interno plástico, com tampa plástica, térmica, personalizada com logomarca a laser a ser enviada pela contratante. Medida da peça (cm) 16,5x11,5x8, peso da peça em torno de (kg) 0,30, cores Prata e branco".

Anexo I – item **66**: "Squeeze capacidade 500 ml, em material alumínio cintilante, com tampa plástica, hermeticamente fechada, térmica. Peso da peça em torno de 0,135 kg. Medidas da peça 205x71 mm. Personalizada a laser com logomarca a ser enviada pela contratada".

Anexo I – item **68**: "Cuia para chimarrão, artesanal, personalizada, média, com suporte, com bocal, gravação a laser com polimento em alto brilho. a arte será definida de acordo com o evento. altura: entre 10 e 15 cm; profundidade do porongo: entre 7 e 9 cm de diâmetro; tamanho do bocal: entre 11 e 13 cm de diâmetro e 1,5 cm de largura; tamanho da gravação: entre 6 e 7 cm de largura e 8 e 9 cm de altura; material do suporte: massa plástica, com detalhes desenhados caso seja solicitado; material do bocal: resina epóxi, com detalhes desenhados caso seja solicitado". (g.n.)

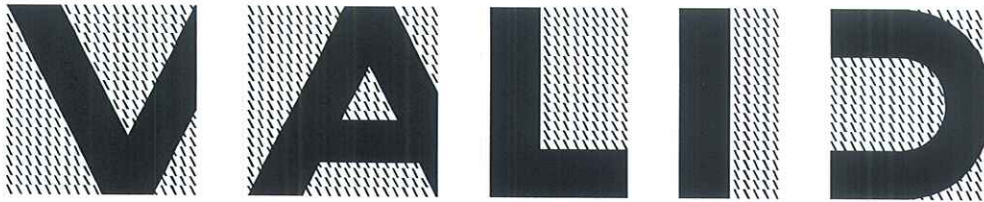
As disposições subjetivas e genéricas caracterizadas pela expressão “a ser enviada pela contratada” deixam margem para interpretações e critérios próprios dos Licitantes que não se alinham com os princípios da Administração Pública, muito menos com as disposições legais licitatórias, em especial a legalidade, objetividade, vinculação, impessoalidade e isonomia.

Sobre o subjetivismo e a insegurança causada à formulação de proposta vantajosa de vários itens deste impugnado edital, afinal não se sabe com antecedência quais são as especificações daquilo que posteriormente será enviado pela Administração, vale destacar que o artigo 3º da lei 8666/93 dispõe de forma muito simplista que a licitação será “processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do **julgamento objetivo**”, prevendo ainda o inciso I do § 1º ser **vedado aos agentes públicos “admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo”**. (g.n.)

Com este ordenamento legal como premissa, não é crível que diversos itens do Anexo I, tais como os citados acima, foram redigidos com tamanho descuido, subjetividade, prejuízo à isonomia e restrição à competitividade.

Exigências vazias, inexistentes, condicionantes, futurólogas e abertas tornam impossível obter uma proposta segura e uma precificação exata para a licitação. Assim, por estar eivada por extrema falta de critérios objetivos, disposições inseguras e não razoáveis, estes e outros itens do Edital são, consequentemente, ilegais.

Todos os citados itens acima não permitem precificar um esforço de desenvolvimento se a definição técnica ou operacional não consta no edital, seja de execução



ou mero acabamento, tornando impossível o dimensionamento e segurança da proposta, afastando inquestionavelmente a vantajosidade deste certame.

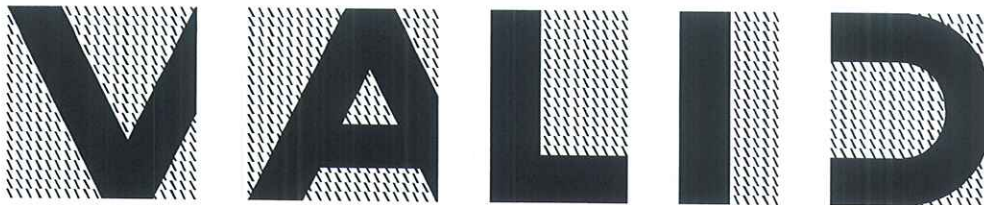
É notória a proibição legal sobre esse tipo de disposição genérica e vazia, sem fundamento, pela simples leitura do Inciso II do artigo 3º da Lei 10.520/02, transcrito abaixo, bem como de todo arcabouço licitatório, vista que deixar termos vagos ou abertos em edital não permitem a convergência de entendimentos entre o que a Administração deseja e o licitante pretende entregar depois de eventualmente contratado; principalmente tratando-se de solução gráfica, na qual a execução de determinado objeto em uma cor é um preço e em várias um preço bem superior. Veja-se:

Lei 10.520/02 – Artigo 3º – Inciso II – “**a definição do objeto deverá ser precisa**, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”. (g.n.)

No caso *in examine*, as empresas licitantes poderão desenvolver e oferecer produtos com soluções de execução contratual conforme seus próprios entendimentos sobre aquilo que está disposto em edital e estarão prejudicadas e afastadas da competição por uma exigência que, como já dito, é ilegalmente indefinida.

Assim, nítida também a ofensa ao artigo 3º, bem como ao inciso VII do artigo 40 e ao § 1º do artigo 44 da lei 8.666/93.

O artigo 3º que prevê em seu §1º, inciso I, que a licitação “*destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, **do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos (...) vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter*



competitivo (...), e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".

Já o inciso VII do artigo 40 da lei 8666/93 dispõe que "*O edital conterá (...) VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos*".

Por fim o § 1º do artigo 44 da citada lei dispõe devem que "**é vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado** que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes". (g.n.)

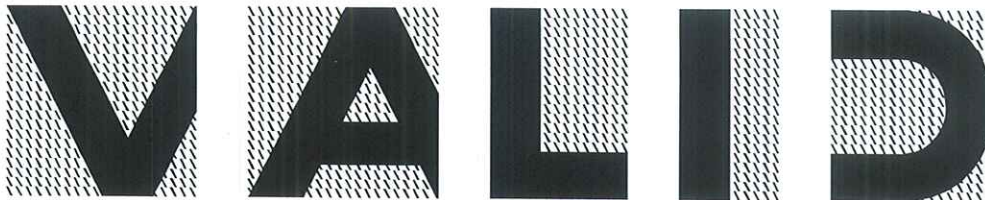
Não se pode deixar de destacar que os citados itens foram redigidos de forma vaga, sem qualquer justificativa, fundamento ou legalidade.

Os termos de um edital não podem ser vagos e subjetivos como os propostos. Em licitações as regras de competição devem ser objetivas e claras, vedadas em absoluto qualquer margem de interpretação, seja por obscuridade de sua redação ou referência equivocada dos seus itens, nos termos dos citados artigos da lei 8.666/93; portanto não há como permanecer em edital as disposições citadas acima.

O artigo 8º do Decreto 3.555/00 dispõe que a fase preparatória do pregão observará a regra da definição do objeto do certame e o seu valor "de forma clara, concisa e objetiva", portanto o desconhecimento prévio sobre o conteúdo objetivo de termos do edital é absolutamente ilegal.

Neste sentido a jurisprudência do TCU já é longa e volumosa, beirando até o inacreditável que este tipo de falha ainda persista em editais modernos, como se nota nos sumários abaixo:

ACÓRDÃO 2969/12-P, Sumário: Representação. Licitação. Possíveis irregularidades em tomada de preços, do tipo melhor técnica, com vistas à



contratação de empresa ou entidade para a gestão e execução do Programa PROJOVEM TRABALHADOR - Juventude Cidadã. Exigência ilegal de condições para habilitação jurídica e qualificação técnica. Falta de critérios objetivos para avaliação e julgamento das propostas. Restrição à competitividade do certame. Fixação de prazo para anulação do certame. Determinação.

ACÓRDÃO 1634/2007-P - Representação. Licitação. Pregão. Exigência de apresentação de amostras antes da fase de lances. Julgamento subjetivo. Restrição ao alcance da proposta mais vantajosa à administração. Procedência. Fixação de prazo para anulação de ato

Isto posto, necessária a readequação das exigências editalícias para que somente seja requerido aquilo que será interpretado de forma objetiva, aquilo que possa ser cumprido sem necessidade de conjecturas; portanto, aquilo que a lei determina como exigível dos licitantes e do futuro contratado.

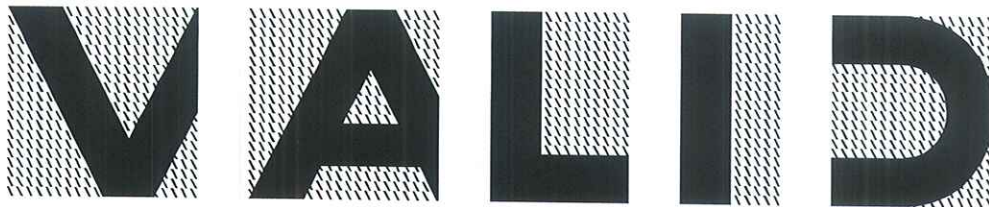
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS - violação aos princípios da isonomia e da competitividade

Os princípios básicos da Administração Pública e das licitações devem ser fielmente seguidos, como o da legalidade, impessoalidade e isonomia, entre outros.

Sobre a garantia de isonomia que deve a todo custo ser protegida pela Administração Pública em suas licitações, Marçal Justen Filho, *in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, Ed. Dialética, p. 67, ensina que:

"2.2.2) A isonomia como ampliação da disputa.

(...) a isonomia também se configura como uma manifestação diretamente relacionada com o interesse coletivo. A ampliação da disputa significa a multiplicação de ofertas e a efetiva competição entre os agentes econômicos. Como decorrência da disputa, produz-se a redução dos preços



e a elevação da qualidade das ofertas, o que se traduz em contratações mais vantajosas para a Administração.

Sob esse prisma, a isonomia reflete a proteção aos interesses coletivos. Todo e qualquer integrante da comunidade, mesmo que não potencialmente em condições de participar de uma licitação, tem interesse na ampliação da disputa, na eliminação de exigências abusivas ou desnecessárias. Assim se passa porque a ampliação do universo de licitantes propicia a redução dos gastos públicos."

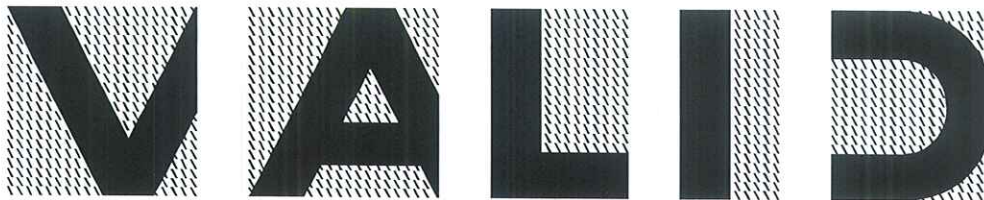
Mais adiante este insigne autor leciona, ainda, com inquestionável propriedade o seguinte:

"2.2.6.2) A isonomia ao longo do procedimento licitatório

Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente." (op. cit., p. 69).

Os critérios e condições adotados na presente licitação maculam os princípios norteadores da Administração Pública porque podem afastar da fase competitiva de preços empresas altamente capazes de prestar o serviço objeto da licitação.

A participação segura de empresas competitivas sempre trará inúmeros benefícios à Administração, tais como a vantajosidade, economia e garantia de execução do



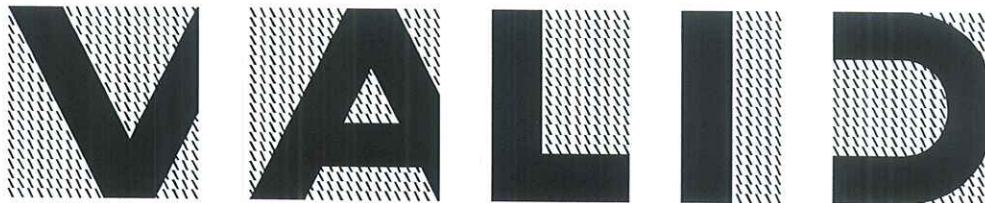
objeto contratual através da contratação de uma sociedade empresária altamente qualificada.

A definição e eleição dos termos que compõem o presente edital impugnado podem conduzir posteriormente a licitação para longe da competitividade de propostas, indo assim de encontro com o fim ontológico das licitações – a contratação mais vantajosa para a Administração.

Não obstante o garantido direito de oportunidade e discricionariedade da Administração, esta deve ser exercida segundo parâmetros de razoabilidade e que a inobservância destes provoca a invalidade da opção administrativa. Trata-se então o edital de uma peça necessária, profunda e obrigatoriamente impessoal, objetiva e legal, conforme se absorve de extensa composição doutrinária; entre tantas a densa obra de Celso Antônio Bandeira de Mello (Discricionariedade e Controle Jurisdicional, São Paulo, Malheiros).

De qualquer modo, vale o registro da pacífica e diversa jurisprudência sobre o tema:

"MANDADO DE SEGURANÇA – Concurso público – Impetração por aluno de Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo que, embora aprovado nas provas às quais submetido, foi eliminado na avaliação física por ser portador de desvio de septo nasal e impossibilitado de iniciar curso de formação na Academia Militar do Barro Branco – Respeito ao livre estabelecimento das bases de seus certames à Administração Pública – Necessidade – Balizamento, entretanto, pelo critério da razoabilidade, cabendo ao Judiciário, sem intromissão na discricionariedade do mérito do ato, reprimir ilegalidades cometidas pelo administrador – Observância – Exigência discrepante e incompatível com o cargo pretendido – Ocorrência – Negado provimento ao recurso fazendário mantendo-se a segurança concedida." (Apelação nº 378.380-5/4 – São



*Paulo – 7ª Câmara de Direito Público – Relator: Coimbra Schmidt – 21.5.07
– V.U. – Voto nº 8.118)*

No caso concreto, estão presentes elementos que impõem – como razoável e melhor opção administrativa para o atendimento do fim público da maior competição – a abertura do certame com nova redação dos termos acima impugnados.

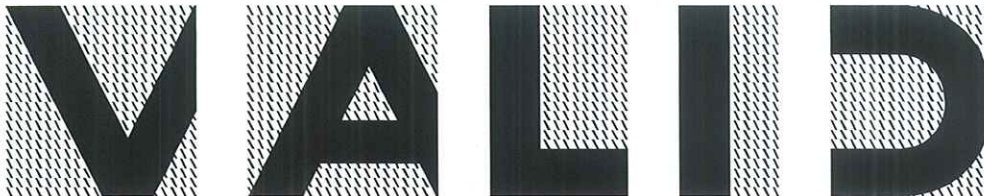
IV) CONCLUSÃO E PEDIDO

Pelo exposto, resta nítido que o Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 03/2017 do Instituto Federal Farroupilha (Processo Administrativo nº 23243.000626/2017-15) está eivado de vícios gravíssimos que impedem a realização do certame de forma isonômica e legal.

Assim, necessária a readequação das exigências editalícias para que somente seja requerido dos licitantes aquilo que é legal e indispensável para a adequada, econômica, e correta execução contratual, trazendo proveito à Administração, bem como proporcionar aos licitantes a correta formação do preço a partir da ciência inequívoca das exigências do Edital e seus correspondentes custos.

A participação segura de empresas competitivas dentro do limite da compatibilidade dos objetos, e não de cada campus do Instituto Federal Farroupilha, sempre trará inúmeros benefícios à Administração, tais como a vantajosidade, economia e garantia de execução do objeto contratual através da contratação de uma sociedade empresária altamente qualificada.

A definição e eleição de termos que compõem o presente edital impugnado podem conduzir a licitação a um resultado inócuo, vista a completa falta de relação entre os itens agrupados, indo assim de encontro com o fim ontológico das licitações – a contratação mais vantajosa para a Administração.



Pelo exposto, a impugnante requer:

a) a suspensão da licitação e a edição do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 03/2017 (Processo Administrativo nº 23243.000626/2017-15), e;

b) a licitação dos itens isolados com a alteração da modalidade de proposta por item e não por grupo, para adequado Registro de Preços, (b.2) ou o agrupamento adequado dos itens licitados, conforme a conexão de seus objetos e não agrupados por campus, ou ainda (b.3) a formação de grupo isolado e único para a cotação dos impressos de segurança em papel moeda com talho doce (diplomas) e ainda;

c) a adequação do Termo de Referência, Anexo I, com informações claras, definidas e objetivas que permitam a identificação precisa do objeto e das condições de execução contratual.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2017.



**VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA
EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.**

